

# CAMPUS

NÚMERO 30

UnB — DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO — JORNAL LABORATÓRIO

OUTUBRO/80

## DF raciona consumo de combustível

Para racionar combustível e diminuir o uso de carros particulares o governo, até o final do ano, adotará medidas prioritárias neste sentido. Inicialmente, serão aumentadas as tarifas dos estacionamentos que, provavelmente, passarão a custar 20 cruzeiro a primeira hora e 30 as subsequentes. Em seguida, para ajudar os usuários de carro que seriam prejudicados com o aumento das atuais tarifas, e para atender grande parcela da população, será implantada, a partir de novembro, uma nova política na área de transportes coletivos.

Serão colocados nas ruas micro-ônibus que ligarão áreas não vizinhas entre si ligando, por exemplo, as superquadras à Esplanada dos Ministérios. As primeiras 14 linhas, que contarão com um total de 83 carros com capacidade para cerca de 21 passageiros, obedecerão rigorosamente a horários estipulados. Para o Plano Piloto os intervalos dos micro-ônibus serão de 10 minutos em todas as linhas e, nas áreas mais distantes, de 15 minutos. Estes microônibus ligarão, a princípio, toda a área central de Brasília (Página 3)

## Cigarro bota fogo na sessão do Congresso

Mesmo sabendo que o consumo excessivo do cigarro é prejudicial à saúde, o número de fumantes aumenta a cada dia. Aponta-se como principal motivo a influência da publicidade, da propaganda que induz as pessoas a comprarem cigarro sem alertar para os males causados pelo fumo.

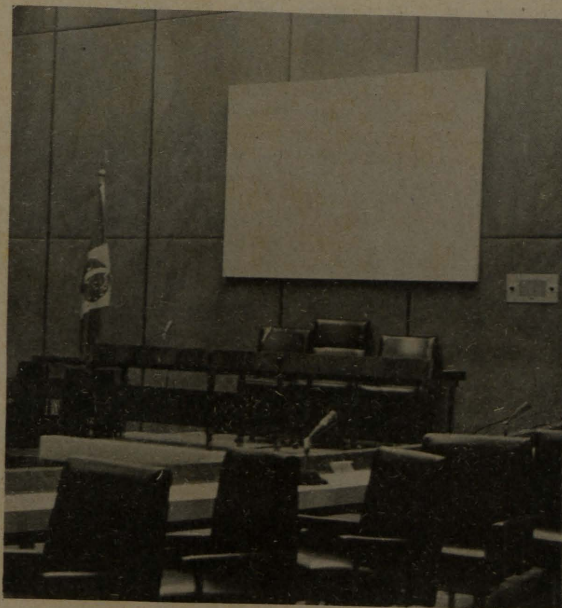
Com o propósito de diminuir a propaganda de cigarros pelo rádio e televisão o deputado Theodorico Ferraz (PDS-ES) apresentou o projeto que passou pela Câmara graças ao substitutivo do vice-líder Edson Lobão (PDS-MA) — uma emenda antecipando o início do período em que se permitiria a publicidade de 23

horas para as 21 horas. Até esse horário se obedece a Ferraz: não há propaganda de cigarros.

Entidades diretamente interessadas no projeto, como a ABERT (Associação Brasileira de Rádio e Televisão), a ABIFUMO (Associação Brasileira da Indústria do Fumo), a agência de publicidade MPM, e o Departamento de Pesquisa e Marketing da TV Globo falam das consequências do projeto em várias áreas, caso seja aprovado.

O projeto cria, em torno do assunto, o Conselho do Fumo, o Governo reduzirá o total anual do IPI da comercialização dos produtos de fumo. (Página 4)

## Congresso pode voltar a apresentar projetos de matéria financeira



O esvaziamento do Legislativo pode ser detido, se aceita a sugestão do Consultor-Geral da República.

Impedido desde 1967 de votar matéria financeira, o Congresso poderá vir a legislar sobre o assunto. Quem afirma isso é um representante do próprio Executivo, o Consultor-Geral da República Clovis Ramalheira, ressalvando porém que não poderão os congressistas usar individualmente esta prerrogativa.

A saída apresentada é a fixação de um critério especial para a votação dos projetos sobre matéria financeira. Eles precisariam ser aprovados por maioria de dois terços dos congressistas, e não apenas pela metade, como os demais projetos. Além disso esses projetos teriam que ser apresentados por três quintos ou então dois quintos dos congressistas, impossibilitando assim a possibilidade de um Deputado ou um Senador apresentar projetos sobre esta matéria.

Por ser da competência exclusiva do Executivo legislar sobre matéria financeira, todos os projetos apresentados no Congresso recebem parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça e são logo de início arquivados. Na Câmara dos Deputados, só este ano foram apresentados 44 projetos sobre esta matéria e apenas cinco deles têm o parecer da Comissão, com o voto pela inconstitucionalidade e estão arquivados. (Página 2)

## Invento nacional ainda está por ser descoberto

O Instituto Nacional da Propriedade Industrial de Brasília registra uma média de 15 novos inventos a cada mês. Esse número entretanto poderia ser ainda mais elevado, não fossem as dificuldades encontradas pelos inventores brasileiros. Major Galvão, por exemplo, inventou um "Escritor de Vídeo", semelhante a um fichário operado a um computador que não é um invento original. A diferença é que, se comprado, o aparelho custaria perto de Cr\$ 180 mil e Galvão gastou só Cr\$ 5 mil para construir a sua invenção. Os inventos nascem, na maioria das vezes, de problemas surgidos no trabalho, de pequenos consertos em equipamentos e também da necessidade de adaptação de equipamentos obsoletos ou em desuso. Os inventos podem ser registrados como inéditos ou pode-se registrar também uma nova forma de utilização para um invento já conhecido.

Falta de apoio, incentivo e principalmente de credibilidade são as principais queixas dos inventores de Brasília. Carlos Fernandes Toledo,

criador de vários equipamentos de telefonia, diz: "Santo de casa não faz milagres", lembrando que a Telebrás demora muito para descobrir a utilidade de seus inventos, porém quando vem uma novidade do exterior, mesmo sendo um equipamento de qualidade inferior, é logo aprovado sem maiores problemas. Outro inventor, Nélio Nicolai, funcionário da Telebrasil, acha que os técnicos experientes, com muitos anos de profissão e que demonstrem tendências é que devem ser aproveitados em pesquisas e não engenheiros recém-formados.

Os inventores explicam que a motivação para criar vem da necessidade de se resolver problemas surgidos no dia-a-dia do desempenho de suas funções ou necessidades de aperfeiçoamento em seus "hobbies".

Para obter o registro de uma patente, o interessado deve se preparar para uma espera longa, de dois anos no mínimo. No entanto, não é muito difícil se obter a patente, desde que se pague as taxas exigidas e se preencham formulários trabalhosos. (Página 7)

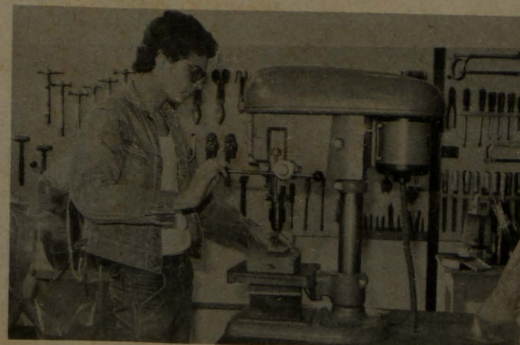
Motociclistas de Brasília enfrentam dificuldades para compra de veículos em virtude de uma procura maior que a oferta, do aumento dos preços e restrições ao crédito impostas pelo governo. Apesar disto, o número de motos cresce na cidade dia a dia. Segundo os revendedores, 90% dos compradores de motocicletas são de nível escolar elevado e aproximadamente 30% universitários. Mas o aumento das vendas não corresponde ao número de carteiras de motociclistas liberadas pelo Detran, que promete ser mais rigoroso na fiscalização.

Por outro lado protesta-se contra a construção de ciclovias na Península Norte. Esse projeto visa, além da natural economia de gasolina, dotar o setor de maiores opções de lazer. A primeira fase da obra ocupa um espaço de 1.500 metros quadrados, incluindo áreas de recreação, e deverá estar concluída até o fim do ano.

A opinião dos moradores da Península Norte é de que a ciclovias acaba com sua tranquilidade, exige o sacrifício de centenas de árvores, gramados e jardins, e, além disso, existem obras de urbanização, tais como iluminação, asfalto e escolas, que seriam mais urgentes. (Páginas 2 e 3)

## ... sem carteira será punido

### Aprenda de longe



Cinco anos depois de sua criação, um método de ensino à distância, criado e desenvolvido aqui mesmo por professores e educadores do CETEB — Centro de Ensino Técnico de Brasília, já tem alunos em todas as unidades da Federação (inclusive Fernando de Noronha). Como funciona esse método, por que foi criado e como está sendo posto em prática o ensino à distância, partindo do DF para todo o país, na página 6.



## Fazenda de peixe, uma alternativa econômica

Texto: Odila Maria Bohrer

A piscicultura, criação de peixe, no Distrito Federal, vem sendo desenvolvida pela SUDEPE em conjunto com o GDF através da melhoria do sistema criatório da Granja do Ipê e instalação de um posto no Colégio Agrícola de Planaltina. A Universidade de Brasília também deverá incluir a piscicultura em seu curso de Agronomia, colaborando para formação de profissionais nesta área.

A criação de peixes, em Brasília, teve início da necessidade de povoamento do Lago Paranoá. Atualmente, a SUDEPE desenvolve pesquisas para tornar o lago economicamente viável, já que todo pescado consumido em Brasília provém de regiões distantes. O primeiro posto de criação de peixes em terra, no Distrito Federal, foi construído na Granja do Ipê, com desenvolvimento de tilápias, tucunarés e carpas.

### MANUAL DE PISCICULTURA

A criação de peixes para produção comercial é feita em tanques viveiros de terra, aproximando-se ao máximo das reais condições naturais. A SUDEPE se propõe gerar tecnologia em seus centros de pesquisas para, posteriormente, transferi-la aos criadores particulares. O interesse em piscicultura pode se dirigir à SUDEPE e adquirir, pelo

preço de Cr\$ 500,00, os dois volumes do "Manual Programa de Piscicultura", trabalho que descreve a prática desta atividade.

Para os técnicos da SUDEPE, a inclusão de criação de peixes em fazendas que normalmente exploram a agricultura e pecuária é um bom negócio. Explicam que o subproduto dessas culturas, como o farelo e o exerceo, servem como alimento para os peixes.

Atualmente, existem diversas tentativas de criação por parte de particulares. As duas maiores fazendas são a Jundaí, em Sergipe, e a Virá, no Paraná.

### EXPORTAÇÃO DE CAMARÃO

A maior fazenda marítima, no Rio Grande do Norte, teve sua origem no Projeto Camarão, que deste 1974 conta com a SUDEPE junto à Secretaria Agrícola do Rio Grande do Norte. Esta fazenda vem produzindo ovos de "artemia salina" (camarões pequenos), que servem como alimento para larvas, peixes e camarões. Esses ovos são enlatados e exportados para os Estados Unidos e países da Europa.

Em Santa Catarina, a estação de piscicultura da Lagoa da Conceição está mais voltada para resolver problemas internos relativos à pesca. Esta estação já está em condições de transferir

seus conhecimentos para pescadores, principalmente os que praticam a pesca artesanal, que poderão dispor, no mínimo, de um viveiro para o cultivo, e o tratamento dos peixes poderá ser feito pelos próprios familiares.

### HISTÓRICO

Em 1904 a antiga Divisão de Caça e Pesca do Ministério da Agricultura, hoje SUDEPE, já realizava a criação de peixes, e de outros seres aquáticos. Neste ano a Secretaria de Agricultura de São Paulo iniciou oficialmente a criação de carpa. Vinte e oito anos depois, o DNOCS, Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, construiu, no Nordeste, 104 açudes públicos para a produção de peixes.

De 1938 a 1955, o Ministério da Agricultura criou vários serviços de piscicultura, entre os quais a estação experimental de Pirassununga, em São Paulo, a Estação da Lagoa dos Quadros, no Município de Osório, Rio Grande do Sul; Posto Ponta Grossa, no Paraná, Posto Granja do Ipê, e Posto de Itabina, no Espírito Santo.

O desenvolvimento da piscicultura vem sendo feito no país através de observações bioecológicas locais, enriquecidas com dados experimentais de outros países, principalmente Japão, Índia, China Nacionalista e Israel.

## Moradores contestam: implantação da ciclovia é inoportuna

Texto: Zelinda Maria Chagas Lucca

primeira referência: "O Governo do Distrito Federal ao pensar em fazer a ciclovia assemelha-se àquele indivíduo que foi a uma festa a rigor de casaca, mas sem as calças. Num regime democrático, o Governo, antes de tomar certas medidas, deveria auscultar a opinião daqueles que seriam atingidos por ela. É o caso da anunciada ciclovia da Península Norte."

Ele afirma que a opinião de cerca de 100 moradores presentes à reunião do dia 23 de agosto, presidida pela Prefeita Sílvia Seabra, era de que a "famegerada ciclovia é simplesmente lamentável". E completa: "isto porque vem interferir na privacidade dos moradores que escolheram deliberadamente a Península Norte como recanto tranquilo, fugindo ao reboliço das quadras; além do prejuízo ecológico, sacrificando centenas de árvores e áreas verdes já tratadas, gramadas e arborizadas".

Sílvia Seabra defende a posição do Governo e afirma: "é hora de utilizarmos o lago e acabar com este caráter elitista e exclusivista de privilegiados que compraram a ponta de picolé; por isso, somos 100% a favor. Existe uma campanha dentro da prefeitura: o lago, como a praça, é do povo".

O arquiteto Paulo Ferreira Martins não acredita muito nesta popularização do lago. Ele é proprietário da QL 14 e considera este projeto uma decisão prematura; diz que os terrenos lodosos de muitas áreas do lago exigirão cuidados, encrencando o projeto, como também a questão da manutenção da ciclovia.

Paulo Marques, residente à QL 4, também considera a instalação deste projeto, hoje, inoportuna. Justifica-se baseado no "déficit" orçamentário do Governo: "nós sabemos que não há disponibilidade de recursos por parte do Governo para a execução de obras de ostenção da Península Norte; acho que a região carece de uma série de outras benfeitorias, relacionadas ao aprimoramento de obras básicas de urbanização".

Ele assegura que a maioria dos moradores é partidária do que afirma. E acrescenta: "não somos contra a ciclovia, nem contra decisões do Governo. Pelo contrário, queremos que esta ciclovia se realize, mas não agora, e dentro de um contexto planejado; achamos que as obras de infraestrutura são prioritárias".

O Governo e os moradores divergem a respeito da implantação da ciclovia na Península Norte, que ocupará todo o espaço entre o lago e as "pontas de picolé" e terá um custo estimado em 4 milhões, 888 mil e 933 cruzeiros.

O Governo defende a idéia de que a ciclovia virá proporcionar lazer aos moradores, como também o acesso ao lago. Já os moradores partem do pressuposto de que se há verbas para a execução de um projeto de tamanha envergadura, ela deveria ser desviada para construção de obras de urbanização muito precárias na região, tais como asfaltamento, iluminação, esgoto e escolas.

O Governo liberou a verba para a construção da primeira fase da ciclovia, que ocupa uma área de 1.500 metros quadrados, e deverá estar concluída até o final do ano. As obras, já iniciadas, começam logo após a ponte do Braguito, no começo do Lago Norte, onde será construída uma área de lazer.

Estas áreas, conhecidas como "pontos de atração", terão características próprias, partindo de projetos específicos para possibilitar o desenvolvimento de toda e qualquer atividade esportiva e de lazer, desde recantos para descanso e leitura, até churrasqueiras e lanchonetes. Ocuparão especificamente as "QLs" 2, 3, 6, 8, 11, 13, 14 e 15 e "QI 3".

Este projeto foi elaborado por uma equipe de arquitetos do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, da Secretaria de Viação e Obras do Distrito Federal.

A ciclovia será construída em trechos bem planos, e onde o terreno não for apropriado à obra serão colocadas pontes de madeira.

### POSICIONAMENTOS

O Secretário de Viação e Obras, Dr. José Carlos Mello, em entrevista ao *Correio Brasileiro*, afirmou que "tudo isso será feito para proporcionar lazer aos moradores, e não permitir que a área funcione como extensão de quintais de residências de minorias privilegiadas".

O Sr. João Tavares Alonso, proprietário de um terreno "ponta de picolé" e que perderá a área verde para a construção da ciclovia, escreveu uma carta ao *Correio Brasileiro* onde fazia um apelo ao Governador Cel. Aimé Lamaison, para que fosse revisto este projeto. A carta, que não foi publicada, tinha como

todos os projetos elaborados têm que passar pela Comissão de Constituição e Justiça, que é a que dá parecer pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa. Em se tratando de projetos que dispõem sobre matéria financeira são rejeitados, ficando assim os projetos logo no início arquivados.

As justificativas dos pareceres são sempre as mesmas, ou seja, no que concerne à constitucionalidade, três aspectos devem ser levantados: a competência legislativa, a iniciativa legal e a constitucionalidade *stricto sensu*; explicando: seria a sua plena conformidade com o texto constitucional. E daí decorre que nenhum projeto sobre matéria financeira é constitucional, lançando-se mão do artigo 57.

## O Congresso poderá legislar sobre matéria financeira

O Congresso Nacional poderá vir a legislar sobre matéria financeira, prerrogativa que lhe foi tirada pela Constituição de 1967. Essa possibilidade foi admitida pela primeira vez por um representante do governo, o Consultor Geral da República Clovis Ramalhete.

Para que isso venha acontecer é preciso que se altere o artigo 57 da Constituição, que proíbe aos congressistas qualquer iniciativa de elaborar projetos de lei que versem sobre matéria financeira.

Segundo Clovis Ramalhete, o governo não permitirá que os congressistas usem individualmente suas prerrogativas na elaboração de projetos de lei sobre matéria financeira. A solução apresentada por ele é de que todos os projetos que tratam da formação de despesas fossem apresentados por três quintos, dois quintos ou então pela metade das duas Casas. E posteriormente viessem a ser aprovados por dois terços do Congresso Nacional.

Suponha-se que um projeto

de lei vise criar um Ministério, reformular os quadros do serviço público ou para ampliar as despesas. Precisaríamos ter de saída a aprovação da maioria de dois terços dos congressistas.

Hoje, é da competência privativa do Executivo legislar sobre matéria financeira, retirando assim do Legislativo esta prerrogativa. Na Câmara dos Deputados, só este ano foram apresentados 44 projetos sobre impostos, taxas, imposto de renda, tributos, ICM, IPTU, IPI, etc., dos quais apenas cinco têm parecer da comissão. E todos foram votados pela inconstitucionalidade do projeto e estão arquivados.

Segundo vários deputados, o artigo 57 da Constituição, que dá competência exclusiva ao Presidente da República à iniciativa de leis que disponham sobre matérias financeiras, é muito amplo, podendo ser usado de várias maneiras. Pois, tudo que diz respeito a dinheiro público, compreendendo a administração direta e indireta, tudo que vem alterar a receita da União de qualquer forma, não pode o

Legisla... ativa de mudá-lo.

A prerrogativa constitucional do governo de legislar prerrogativas individuais dos congressistas, ou seja, de acordo com a vontade de um ou de outro deputado, por interesses individuais, eleitores, os mesmos poderiam emendar qualquer planejamento elaborado pelo Poder Executivo. Portanto, o governo diz que poderia pensar em soluções que representassem o interesse coletivo e não individual, pois "não significa que porque um indivíduo foi eleito que ele esteja revestido de todos os poderes".

Segundo Ramalhete, no parlamento inglês, existe uma comissão que analisa os projetos para saber se eles serão admitidos ou não às comissões técnicas. E segundo o regulamento, vão para a ordem do dia primeiro os projetos do governo; em segundo, os projetos do partido do governo; em terceiro, os projetos da oposição; e em último lugar os projetos individuais.

Já no parlamento brasileiro,

### CAMPUS

Jornal-Laboratório  
nº 25  
OUTUBRO 1980

UNIVERSIDADE  
DE BRASÍLIA (UnB)  
DEPARTAMENTO  
DE COMUNICAÇÃO

Publicação do Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB). Edição e Programação Visual a cargo da disciplina "Técnica de Jornal e Periódico 1", Campus Universitário, Asa Norte, 70.000, Brasília, DF.

Agradecimentos especiais ao Jornalista RACSOW.



## Mercado de motos no DF aumenta 100% ao ano

Texto: Claudio Lessa e Antonio Augusto

Excesso de encomendas, atrasos na entrega, aumentos sucessivos de preços e fila de espera de até um ano não impedem que o comércio de motos continue sendo um negócio lucrativo para as revendedoras. O comprador, ignorando as dificuldades, contribui para manter a venda de 12 motos por dia, no Distrito Federal.

A difícil importação de peças, os problemas das fábricas de autopeças com as greves e a súbita "abertura" do leque de opções para compradores de motocicletas fizeram com que a produção das fábricas não tenha aumentado, embora nos últimos 12 meses a procura por veículos de duas rodas tenha crescido 100% no Distrito Federal.

Jonas de Oliveira, gerente da Eldorado Moto Sport, afirmou que "no caso da Honda, por exemplo, a fábrica diminuiu a produção de outros modelos para reforçar o lançamento da nova moto de 400 cc, que custa Cr\$ 250 mil, com Cr\$ 100/120 mil de ágio".

A Disbrave, revendedora Yamaha — a outra motocicleta fabricada no Brasil — vende uma média de 70 motos por mês. Por enquanto, a entrega tem sido mais pontual que nas revendedoras Honda. Nos últimos dois meses, a revenda tem requisitado uma cota extra de 60 motos à fábrica. "Já sei que vamos ter problema de entrega quando a Yamaha lançar o modelo TT 250", afirma Joacé Goes Gonçalves, encarregado da seção de motos da Disbrave. Segundo ele, o novo modelo pretende ser o mais moderno já fabricado no Brasil, e o seu lançamento no mercado, previsto para setembro do próximo ano, vai tumultuar a comercialização das motos menores, uma vez que os modelos de maior potência têm mais saída.

### TRÁFICO DE INFLUÊNCIAS

O caso da Honda 400, moto de potência média e de muita procura, ilustra bem a situação

do mercado de motocicletas no Distrito Federal. A revendedora Eldorado tem mais ou menos 100 motos vendidas (mas ainda não entregues). Ou seja, a espera é de um ano, de acordo com a cota destinada à loja. O tráfico de influências exercido no caso da Honda 400 é intenso. Ele envolve, segundo Jonas, "militares de alta patente, ministros de estado e funcionários do alto escalão federal, que chegam até a procurar o presidente da Honda brasileira para conseguir furar a longa fila a que se sujeita quem compra a moto agora".

No caso da Yamaha, Joacé garante que "se a moto não estiver disponível aqui na loja, o prazo de espera é de 30 a 60 dias, dependendo do modelo escolhido". Ele disse também que não acredita ser verdade "que exista uma Yamaha para cada dez Hondas vendidas em Brasília", como afirmou Jonas. Existem apenas duas revendedoras Yamaha em Brasília, sendo as outras seis pertencentes à Honda, mas ele classificou de "exagerada" a relação de dez por uma.

### DIFICULDADES

As dificuldades existentes no mercado motociclístico de Brasília não se restringem aos prazos de entrega. Hoje, é praticamente impossível conseguir um empréstimo bancário ou de financeira para aquisição de uma motocicleta. No caso dos financiamentos, as restrições ao crédito impostas pelo governo são muitas. Os bancos ou financeiras exigem 50% do valor total da moto como entrada e os 50% restantes são financiados num prazo máximo de 18 meses, a juros de 5% ao mês. Por exemplo: a moto Yamaha TT 125 — primeiro lugar em vendas — custa à vista Cr\$ 108 mil e 400. Financiada, ela exige uma entrada de Cr\$ 54 mil e 200 e a prestação, durante 18 meses, será de Cr\$ 4 mil 449. O preço final da moto passou então para Cr\$ 132 mil

Foto: Revendedor Yamaha — Disbrave

282. Isso, porém, não assusta o comprador. O Detran calcula que 85% das 350 novas motos registradas em Brasília, a cada mês, são compradas através de financiamentos. "Quem tem muito dinheiro compra à vista. Mas compra usada, com pouca quilometragem", afirma Vanderley, encarregado da seção de registros de motos do Detran. E conclui: "Se o financiamento fosse mais fácil, o preço das motos usadas cairia em 50%."

### SEM HABILITAÇÃO

Apesar do crescente aumento nas vendas e nos registros de motos, o número de pessoas que procura tirar carteira de habilitação não tem sido muito grande, o que faz o Detran suspeitar que muitos motociclistas estejam conduzindo suas motos sem habilitação. A fiscalização, por isso, tende a ser mais severa.

De qualquer modo, as fábricas não parecem se importar com o fato, e preparam para o próximo ano lançamentos ainda mais audaciosos para atender um mercado constituído de pessoas de renda mais alta e com nível de escolaridade superior em 90% dos casos. Além disso, calcula-se que 30% desse mercado seja de universitários "que preferem as motos de 125 cilindradas", segundo o revendedor da Yamaha, Joacé. Para 81, já estão programados os lançamentos da Yamaha RX 180, da Yamaha TT 250 e da nova Honda Trail, um modelo similar à campeã de vendas da Yamaha, a TT 125. Com o novo modelo, a Honda pretende recuperar a faixa de mercado perdida para a Yamaha nos modelos "Trail" e talvez com isso voltar a ser a moto mais vendida do Brasil. Joacé, entretanto, acha difícil isso acontecer, pois segundo ele a fábrica não tem condições de atender o mercado e se aumentar a produção ainda mais "o controle de qualidade da Honda, que já anda ruim, vai piorar".

## Estacionamentos custarão 20 cruzeiros

Texto: Patrícia Franca

Para reduzir o consumo de gasolina e proporcionar o descongestionamento do sistema viário, as taxas do estacionamento do Setor Comercial Sul, que tiveram um aumento de 66,6% em março, terão outro acréscimo, bem mais elevado, em novembro deste ano. Apesar do Secretário de Serviços Sociais, David Boianovsky, afirmar que novo aumento só ocorrerá em março de 81, o que se comenta na Secretaria de Serviços Públicos é que as atuais tarifas, de 5 cruzeiros a primeira hora e 10 as subseqüentes, passarão a custar 20 e 30 cruzeiros respectivamente.

Segundo a Secretaria de Serviços Sociais, que é responsável pelas arrecadações das tarifas do estacionamento do Setor Comercial Sul, estas se destinam ao atendimento e assistência ao menor e à manutenção das áreas de estacionamentos controlados.

Segundo o Secretário David Boianovsky, o total da arrecadação das taxas das áreas dos estacionamentos controlados, no ano passado, foi de 13 milhões 52 mil 314 cruzeiros. Desse total, porém, só 9 milhões 380 mil 265 cruzeiros são realmente destinados à assistência ao menor, ficando o restante para manutenção e construção de guaritas e para as atividades-meio para atender estes projetos.

Apesar da Secretaria destinar

uma quantia elevada para construção e manutenção de guaritas, os usuários reclamam quanto ao mau funcionamento do sistema de cobranças, pois muitas vezes são obrigados a pagar mesmo sem utilizar o estacionamento por falta de vagas. Além do mais, as obras das novas guaritas, que estão sendo construídas desde o início do ano, atrapalham o trânsito já tão difícil naquela área.

Para o assessor de imprensa da Secretaria de Serviços Sociais, se realmente ocorrer um aumento das taxas de estacionamentos controlados e conseqüente redução de número de usuários do local, a Secretaria terá uma grande redução de capital para assistência ao menor, já que o dinheiro arrecadado nos estacionamentos pagos é a única fonte de que ela dispõe para este fim.

Informações da Secretaria de Serviços Públicos afirmam que o aumento das taxas dos estacionamentos controlados não diz respeito apenas à área do Setor Comercial Sul. Ele faz parte da política de cobrança de estacionamento a ser desenvolvida, inicialmente, em toda a área central de Brasília. Essa política de cobrança visa, além de diminuir o uso do automóvel — poupando gasolina e descongestionando o sistema viário — aumentar a eficácia do transporte coletivo.

## Microônibus, nova opção para transporte de massa

A execução da nova política de cobrança de estacionamento a ser desenvolvida em toda a área central de Brasília, em novembro, coincide com o novo sistema de táxi-coletivo e transporte de vizinhança a ser aplicado pelo Governo do Distrito Federal.

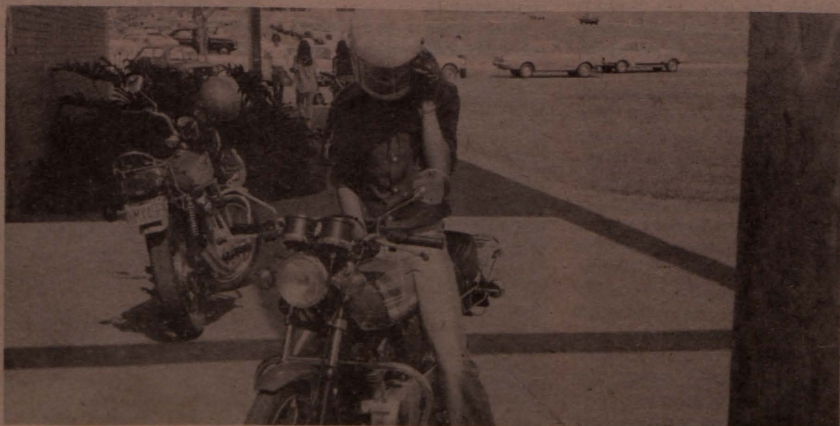
Esse novo sistema, segundo o Secretário de Serviços Públicos, José Carlos Maciel, tem por objetivo oferecer ao usuário do automóvel uma alternativa de transporte de melhor confiabilidade e conforto que o atual serviço de ônibus coletivo.

Para a implantação do sistema de táxi-coletivos, a Secretaria de Serviços Públicos levou em consideração as constantes variações nos custos de combustíveis que têm representado um forte impacto em todas as áreas econômicas do país, principalmente no setor de transportes.

Inicialmente, serão implantadas 14 linhas, com um total de 83 carros movidos a gasolina, álcool e diesel, com capacidade de 9 a 21 passageiros. Estas

linhas ligarão áreas residenciais restritas — superquadras, QI — aos setores de trabalho — Esplanada dos Ministérios, Praça do Buriti, autarquias, setores bancário e comercial — além dos locais de colégios, compras e lazer. Outras doze linhas de táxi-coletivos e transporte de vizinhança ligarão a Península Norte, Setor de Indústria e Abastecimento e áreas residenciais aos setores centrais do Plano Piloto.

Em termos operacionais, o táxi-coletivo será um serviço de transporte público ligando áreas urbanas que não sejam vizinhas entre si. Na ligação entre áreas residenciais, o sistema terá a denominação de transporte de vizinhança e servirá, basicamente, a comunidade em suas demandas a locais de trabalho, estudos e compras. Este serviço também permitirá a operação em lugares onde praticamente não existem ônibus, garantindo ao usuário a certeza e segurança de um transporte com horários predeterminados.





# Fumar agora só com hora marcada

Foi aprovado pela Câmara dos Deputados o projeto de lei do deputado Theodorico Ferraço (PDS-ES) que proíbe a propaganda de cigarros e bebidas alcoólicas no horário das seis às 21 horas na televisão. O projeto do deputado capixaba vai agora ao Senado para aprovação e, caso isso não aconteça, conforme afirmou o parlamentar, "seria melhor fechar o Senado".

Para a agência publicitária MPM, que faz a propaganda do cigarro Minister, "a medida não vai adiantar nada, pois é como o caso da gasolina, que tem os postos fechados na sexta-feira e em compensação o povo enche o tanque e roda até o posto abrir". Segundo o gerente da MPM em Brasília, Aroldo Meira, o mesmo vai acontecer com a publicidade do cigarro pela televisão; se o projeto passar pelo Senado e restringir o horário, vai haver maior gasto para conquistar o público perdido.

O projeto teve um substitutivo oferecido em plenário, pelo vice-líder Edson Lobão (PDS-MA), que apresentou uma emenda reduzindo a proibição da propaganda de cigarros no horário das 23 horas para as 21 horas. De acordo com o superintendente da ABERT (Associação Brasileira de Rádio e Televisão), Antonio Abelin, que acompanhou de perto o assunto, foi esse substitutivo que salvou o projeto de Theodorico Ferraço, pois o original causara preocupação aos empresários de rádio e televisão

porque em seu texto original previa um horário ainda mais restrito, além de uma "advertência" para que todos os veículos impressos reservassem um espaço de 10% de uma página para a publicação de um alerta contra os males que estes produtos podem causar. Também deveria que, com o cigarro na boca, se "chega ao sucesso".

## A LEI SERÁ CUMPRIDA

Em entrevista ao *Jornal do Brasil*, o vice-presidente da ABIFUMO (Associação Brasileira da Indústria do Fumo), Mário Ripper, afirmou que "qualquer lei que diga respeito a produtos de fumo, se aprovada, será integralmente cumprida pelo setor". Disse ainda que as restrições à publicidade de cigarro, caso sejam aprovadas, não resultariam numa queda das vendas, justificando que "a propaganda de cigarros não se propõe a conquistar novos fumantes, é uma estratégia de marketing que visa trazer fumantes de outras marcas para um determinado tipo de cigarro".

Isso não é o que pensa o gerente da MPM em Brasília, Aroldo Meira. Para ele, se não houvesse publicidade de cigarros, o consumo cairia vertiginosamente. "As agências sairão prejudicadas se o projeto for aprovado também pelo Senado e sancionado pelo Presidente. Ela não está acostumada à nova determinação, os clientes não estão preparados para a idéia da proibição. O que vai acontecer é que as

agências publicitárias vão gastar muito mais com os anúncios nos horários permitidos; terá que ser feita uma nova pesquisa, um novo planejamento. Nós perdemos o filé mignon, ou seja, o horário nobre da televisão."

Nessa faixa, mais de 482 mil espectadores estão assistindo à televisão, entre eles velhos, crianças, jovens, mulheres, homens, classes A, B, C, etc. "Para se ter uma idéia", disse Aroldo, "os dados divulgados no ano passado foram de que a Souza Cruz gasta 500 milhões de cruzeiros em propaganda por ano, para atingir todo tipo de público, dos 10 até os 70 anos".

O analista de pesquisa e mercado da TV Globo, Antonio Carlos, não concorda com o pensamento do gerente da MPM. Antonio Carlos acredita que a propaganda de cigarros é feita para atingir um público "alvo" vir impresso nos maços de cigarros "fumar é prejudicial à saúde".

A proibição, no entanto, não é absoluta. A emenda ressalva os casos de eventos especiais patrocinados, com transmissão ao vivo (futebol, corridas de automóveis, etc.) cuja determinação de horário independe do controle do veículo de comunicação ou do anunciante. No caso de chamadas para programações ao vivo, patrocinadas, será permitida em qualquer horário a simples menção do produto, sua marca e seu fabricante, acompanhada apenas de um slogan ou frase promocio-

nal, vedada a exibição de filmes. "Como está feito o projeto, não temos nada contra; pelo que eu sei, na área de rádio e TV, o pessoal está satisfeito com o substitutivo", afirmou Antonio Abelin.

## O PORQUÊ DO PROJETO

Esse é o primeiro projeto apresentado pelo deputado desde o início de seu mandato. "A idéia, disse, nasceu da necessidade de colaborar com o povo brasileiro pela sua saúde e particularmente uma preocupação com as crianças que assistem à televisão recebendo informações que, ainda segundo ele, são malélicas para o desenvolvimento e criação infanto-juvenis."

Além disso, para o deputado, o projeto visa também alertar a população para que "a propaganda desses produtos não observe qualquer norma ética, ludibriando o consumidor de maneira desleal". Disse ainda que para isso as agências publicitárias usam recursos que não representam a condição de vida da maioria dos brasileiros. Por exemplo, ligam a propaganda de cigarros intimamente a imagens de iates, carros, riquezas, belas mulheres, vendendo uma imagem falsa de e a perda do horário nobre não vai prejudicar em nada pois vai atingir um universo de público heterogêneo.

Segundo o Departamento de Publicidade da Globo, fala-se muito em segmentação de universo hoje em dia, ou seja: definir o consumidor que se quer

alcançar, um espectador alvo, pessoas com as mesmas características, mesma faixa etária, mesmo sexo, etc. Como exemplo temos o horário das 20 horas, que corresponde a 94 pontos de audiência, ou seja, 94% dos aparelhos ligados em Brasília, o que corresponde aos 482 mil espectadores citados por Aroldo Meira, da MPM. O público perdido com o projeto do deputado será substituído pelo das 21 horas em diante, um público em que a propaganda atingirá com mais propósito e objetividade.

A MPM não concorda em ter um público alvo. Segundo Aroldo, no horário perdido é que se encontram os jovens e a publicidade é feita para influenciar a juventude a fumar e a limitação do projeto, tirando a propaganda desse horário, é justamente para isso. "Eu acho certa essa proibição, apesar que comercialmente a agência vai perder com isso."

## O FUTURO DO PROJETO

Theodorico Ferraço reconhece que o projeto cria muita polêmica em torno do assunto, pois existem muitas pessoas interessadas no andamento e conteúdo do projeto. Existe muito dinheiro envolvido com o consumo de cigarros, atingindo até mesmo o governo, através do Ministério da Fazenda, já que 33% da arrecadação anual do IPI (Imposto de Produtos Industrializados) provém da venda de cigarros. Por isso o governo não quer atacar diretamente os produtores de cigarro.

## Windsurf na crista da onda

Texto: Alba Costa

Um novo esporte invade o Planalto Central com suas pranchas de fibra de vidro e velas de todas as cores: o windsurf. O esporte já possui muitos adeptos que o praticam nos lagos Sul e Norte da cidade. O pioneiro do windsurf em Brasília, Marcelo Teixeira, ficou em 17º lugar no campeonato ocorrido na praia de Santos, em janeiro deste ano.

No Brasil, os primeiros praticantes foram os cariocas, que coloriram suas praias e lagoas com as velas das pranchas. Outro fator que ajudou a projetar o novo esporte foi a novela *Água Viva* apresentada recentemente pela TV Globo. Hoje, o windsurf é curtido por gente de todas as idades, que faz do cenário aquático mais uma saudável opção de lazer.

Surgido em 1969 nos Estados Unidos e posteriormente adotado pela Europa, o windsurf conseguiu até ser reconhecido pela International Yating Racing Union (IYRU), e provavelmente será uma nova modalidade olímpica no seu país de origem

em 1984. E é nesse sentido que a importância do esporte transparece. Em termos de competição, dentro do Brasil, o windsurf vai bem, apesar da falta de patrocinadores, problema que ainda se encontra em fase de estudo. No próximo campeonato que será realizado em Araruama, no Rio de Janeiro, com a participação dos windsurfistas de todo o país, espera-se uma colocação melhor para os representantes do DF.

A primeira prancha de windsurf foi projetada em 1969 por John Wave. Em 1973 começaram a ser fabricadas nos Estados Unidos e mais tarde na Europa. No Brasil, o esporte começou a ser conhecido e praticado em nossos lagos, lagoas e mares em 1975, pelos surfistas Fernando Soares, do Rio de Janeiro, Carlos Rossi e Klaris Peters de São Paulo. Mas só em 1978 apareceram as primeiras fábricas brasileiras. A Windglider, fábrica de São Paulo, é a responsável pela fabricação dessas pranchas em todo o país. Mas em Tagua-

tinga, DF, segundo informações dos windsurfistas locais, já existem tentativas para o início da fabricação das pranchas de windsurf.

Durante certo tempo a prática do esporte no Brasil era restrita, pois só uma pequena minoria conhecia o windsurf. Foi através da divulgação da novela *Água Viva*, da Rede Globo, que essa nova categoria do iatismo se popularizou, sendo atualmente praticada por grande parte da nossa população. Em Brasília, o windsurfista Marcelo Teixeira acha o clima local muito favorável devido à presença constante dos ventos e do sol. Para ele os locais para windsurf em Brasília são os lagos Sul e Norte, nas imediações da Ponte Costa e Silva, do Iate Clube de Brasília e do Clube da Aeronáutica, que propiciam mais condições técnicas, devido ao vento que sopra constantemente.

Embora o windsurf praticado em águas calmas ofereça boas condições para sua prática, é no mar que os windsurfistas se sol-

tam, realizando através das ondas um verdadeiro festival de acrobacias e manobras mirabolantes, como o *cambar*, que é a mudança brusca de rumo. A outra muito praticada é *cambar* em roda, muito parecida com a primeira, só que a mudança de rumo é feita em círculo. Para se praticar windsurf é necessário antes de tudo saber nadar e ter uma boa noção dos ventos. Com um mês de treino o iniciante já está mais ou menos habilitado para praticar o esporte com uma certa segurança.

Uma prancha de windsurf, que é um pouco maior do que a

de surf, custa em média 35 mil cruzeiros. Mas para os que não têm condições de comprar uma no Rio de Janeiro, Eduardo Soares — um dos lançadores do windsurf — conhecido como Barão, está realizando uma experiência inédita que pode ser imitada pelos praticantes de Brasília: trata-se do aluguel das pranchas por um tempo que varia de um quarto de dia até duas semanas. Essa experiência, se encampada, irá favorecer a todos que gostam do esporte e que, devido às dificuldades econômicas, ficam privados de praticá-lo.





## Projeto Capes-Embrafilme dá bolsas para técnicos de cinema

Texto: Angélica T. Lima

Técnicos do cinema brasileiro já podem trabalhar com a ajuda do governo, em estúdios cinematográficos da Europa e dos Estados Unidos. A partir deste mês, Capes e Embrafilme começam a dar bolsas de estudo através do Projeto "Mão-de-Obra Especializada para Cinema", para treinamento e estágio de pessoal em centros de produção cinematográfica da França, Itália, Grã-Bretanha, Polônia, Alemanha Oriental e Alemanha Ocidental, Estados Unidos e outros países.

Reconhecidamente o cinema brasileiro carece de maiores cuidados nas variadas áreas técnicas. Uma boa ilustração para essa carência é o resultado de levantamento feito pelo Sindicato de Profissionais de Espetáculos e Diversões do Rio de Janeiro. Foi encontrada uma desproporção: 129 profissionais sindicalizados como diretores de cinema para 8 desenhistas de animação, 21 diretores de som, 5 montadores de negativo, 17 cinegrafistas e outros exemplos.

Segundo o diretor da Capes, Claudio de Moura Castro, "será inútil pretender um bom filme, feito a partir de excelente roteiro, se em sala de projeção não conseguimos entender as palavras dos diálogos, como também não se pode esperar que a boa qualidade dos equipamentos de som das salas de projeção seja capaz de corrigir os defeitos de uma trilha sonora cujo som original foi mal captado, mal transcrito ou processado incorretamente".

### DE TÉCNICO A INSTRUTOR

A partir das conclusões do levantamento, o Projeto tomou como prioridades as áreas de ótica, som, catalogação e recuperação de filmes, laboratório e organização da produção, nos países onde cada uma dessas áreas atinge sua expressão máxima.

As inscrições vão de 15 de

outubro a 15 de dezembro deste ano para a primeira seleção. Os candidatos de Brasília deverão se dirigir à sede da Capes no Setor de Autarquias Sul, e os demais às Pró-Reitorias de Pesquisa e Pós-Graduação ou órgãos equivalentes e escritórios ou representações regionais da Embrafilme. Garante o diretor da Capes que as inscrições feitas fora do prazo estipulado serão consideradas para os próximos julgamentos.

A seleção dos candidatos — a ser efetuada por uma comissão de consultores da Capes e por representantes da Embrafilme — partirá da experiência profissional de cada um e da proposta a ser desenvolvida durante o treinamento. De acordo com Moura Castro, ela deverá buscar certo equilíbrio regional, a fim de criar condições para a descentralização do mercado de trabalho.

Além disso, é intenção da Capes-Embrafilme que, uma vez de volta ao Brasil, o bolsista possa participar de cursos para transmissão dos conhecimentos adquiridos. Para isso o candidato assinará um termo de compromisso que prevê a elaboração de relatórios, textos e levantamento bibliográfico. Os criadores do Projeto afirmam que esses profissionais poderão assim ser utilizados como instrutores em cursos de formação de mão-de-obra, a serem oferecidos por instituições como Senai, Cenafor, etc., com isso ampliando as perspectivas do mercado cinematográfico brasileiro.

### NÃO É PRECISO DIPLOMA

Depois de terem ganho especial atenção por parte do Ministro Eduardo Portella, os cursos de Arte levaram a Capes a se questionar quanto às formas tradicionais de especialização, sob a forma de mestrado e doutorado para essas áreas. Chegou-se à conclusão que, no caso do cinema, especificamente, "não se aprende via PhD em História

da Arte" e que, pelo fato de nossas deficiências se concentrarem nas áreas técnicas, o treinamento e o estágio seriam mais convenientes.

Em decorrência dessa nova posição, o Projeto "Mão-de-Obra Especializada para Cinema" abrirá um parêntese na velha rigidez e na exigência da Capes também quanto a certificados de escolaridade: poderão ser analisados não apenas os currículos dos profissionais graduados, mas também os dos que tiveram até 2º grau completo.

Portanto, além do certificado de escolaridade, a documentação exigida é: formulário específico contendo o plano de trabalho (disponível nos locais de inscrições), comprovante de experiência profissional e carta de recomendação.

### CAPESEMBRAFILME PAGAM TUDO

O financiamento do Projeto é de inteira responsabilidade da Capes e da Embrafilme e estão incluídos os encargos de viagem, pagamento das taxas escolares, seguro-saúde e manutenção dos candidatos selecionados.

O custo total do programa por pessoa foi estimado em US\$ 4.500,00 (Cr\$ 258.255,00) distribuídos no preço médio de passagem de ida e volta, no custo mensal por seis meses — incluindo seguro-saúde — e no auxílio para aquisição de livros, manuais, etc.

Inspirado em recentes experiências de estágios para estrangeiros em estúdios hollywoodianos, o novo projeto tem como um dos objetivos tornar a produção brasileira de filmes capaz de ocupar seu próprio mercado e de se impor agressivamente no mercado exterior. A iniciativa pode ter chegado bem a tempo de acudir necessidades reais do nosso cinema atual que tendem, sem dúvida, a um sério agravamento futuro.

## Feirantes exigem: liberdade para as feiras

Texto: Erbene Rolim

O Sindicato dos Feirantes acusou o Governo do Distrito Federal de tentar acabar com as feiras-livres, ao determinar pontos fixos para a sua realização. Embora negue essa possibilidade o GDF confirma que haverá lugares fixos e acrescenta que essas medidas visam, sobretudo, melhorar as condições de higiene e do atendimento ao consumidor.

Tudo começou com a divulgação do programa do GDF que prevê, para o próximo ano, melhorias a nível de infra-estrutura — piso adequado, cobertura, locais para a guarda de barracas e lavagem de verduras. Se essas medidas não determinarem um ponto fixo para as feiras pelo menos vão reduzi-los a um número bem menor, o que é incompatível com "a tendência natural das feiras de chegar cada vez mais perto do consumidor", assegura o secretário do sindicato, Ivan Moreira.

Um dos argumentos usados pelos feirantes para defender a ideia da melhor distribuição das feiras nas cidades-satélites é o próprio conceito que fazem dela. Para eles a feira é mais do que um local para a compra e venda de produtos alimentícios básicos. "Ela é, antes de tudo, opção de lazer, pois se realiza ao ar livre, há espaço para grandes caminhadas e o contato entre comprador e vendedor é constante", diz Ivan Moreira, salientando que isso implica facilitar o acesso das pessoas ao local.

### PERSISTÊNCIA NO ERRO

O que melhor ilustra a ineficiência do ponto fixo para as feiras é o fracasso do Mercado-Modelo criado pelo GDF. O programa oferecia apenas um local para a feira em cada cidade-satélite. Tanto o de Taguatinga, situado na QNL, quanto os das outras

cidades estão praticamente desativados. Os poucos feirantes que resistem reclamam do alto preço do aluguel dos boxes e da baixíssima venda dos seus produtos. O motivo é um só: "não é difícil imaginar como será a volta duma dona-de-casa que depende de ônibus para ir à feira comprar galinha, verduras, ovos e outras coisas mais", acrescenta o secretário.

De acordo com o coordenador das Administrações, José Bossler, o GDF não vem podendo arcar com grande despesa e a construção de mercados demanda altos investimentos.

Em relação a isso, lembrou ele que as dotações orçamentárias das cidades-satélites para o próximo ano serão inferiores às liberadas este ano, o que significa, no seu entender, que serão desaceleradas obras de grande vulto. Essa seria uma boa notícia para os feirantes que temem a proliferação dos Mercados-Modelo, se a proposta em substituição não tivesse o mesmo alcance.

### MANIFESTAÇÃO POPULAR

A feira-livre no DF desempenha a função de integração, pois tanto as pessoas quanto os produtos são das diversas regiões do país. Nela as pessoas misturam a obrigação do trabalho com o prazer de realizá-lo, a necessidade com a criação artística — combinações somente possíveis em manifestação popular espontânea.

"O distanciamento dessa compreensão por parte de órgãos oficiais dificulta o diálogo entre eles e o povo e põe em risco formas puras de expressão popular", diz Ivan Moreira ao lembrar divergências de opiniões entre GDF e feirantes; enquanto o primeiro se preocupa com questões de higiene, por exemplo, o outro em nenhum instante refere-se ao assunto.

## Araguaia inspira cineasta brasiliense

Texto: Tânia Lenice Potter

A *Difícil Viagem* de Evandro Souza é o título do roteiro cinematográfico de Geraldo da Rocha Moraes, aprovado para financiamento dos custos de produção pela Embrafilme, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, BNDE.

Geraldo Moraes já produziu diversas peças teatrais e é professor do Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília. Apesar de se fazer representar no mundo cinematográfico com diversos documentários em curta metragem, este é o seu primeiro longa.

O filme está orçado em torno de Cr\$ 13 milhões e 800 mil cruzeiros; dentro, portanto, do limite máximo

de Cr\$ 15 milhões estabelecido pela Embrafilme.

Serão financiados 44 roteiros, entre 332 apresentados. Brasília está representada ainda por Lyonel Luccini, com o roteiro intitulado *Berohokan*, que deverá ser filmado, como o de Geraldo, às margens do rio Araguaia.

### EVANDRO

Sujeito culto, de formação universitária, bem sucedido na vida, Evandro de Souza um dia começa se questionar sobre os valores desta civilização, pois está cansado dos papéis que representa, das atitudes que anulam sua individualidade.

Finalmente, Evandro entra em

crise, larga tudo e vai para uma cidadezinha no interior de Goiás, às margens do rio Araguaia. Nesse local ele começa a conhecer o outro lado do Brasil, o seu lado simples, ingênuo e às vezes cruel.

Diante desta situação, Evandro assume uma atitude paternalista, abre uma escola e resolve ajudar; quer levar a civilização até aquele local distante. Impedido de dar aulas porque na cidade sempre acontece algo mais importante que toma os seus alunos, ele percebe que aquela cultura acumulada durante anos, as soluções prontas, encontradas nas páginas amareladas de velhos livros, ou em gastos bancos escolares, para

aquele povo nada significa.

O filme termina quando, às duras penas, Evandro integra-se àquela nova situação e resolve não mais voltar a sua vida antiga, urbana e viciada.

### A IDÉIA

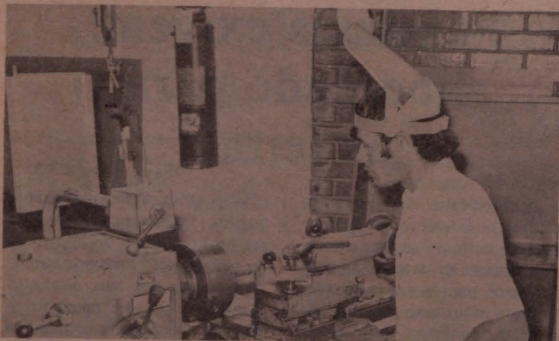
Anualmente, Geraldo faz uma viagem ao Araguaia e a história começou a ser criada a partir de sua experiência. A Geraldo pareceu estranho que uma pessoa culta, com tantas teorias desenvolvidas sobre os mais variados problemas, desenvolvesse em seu relacionamento normal, tivesse dificuldade de entrosamento com a gente simples do local. Foi a partir daí que se desenvolveu a ideia.

De volta a Brasília, sabendo do

concurso promovido pela Embrafilme, Geraldo escreveu o roteiro que nada mais é do que o conflito de um indivíduo diante desta sociedade urbana formal.

Tendo seu roteiro classificado, Geraldo, apesar de não saber, ainda, quando sairá o financiamento — pois são 44 roteiros —, está se preparando para que não haja atrasos quando da liberação da verba, que deverá ser de 80% do total previsto. Já tem, inclusive, contratados diversos artistas que deverão atuar no filme, entre eles Antônio Fagundes e um professor da Universidade Federal de Goiás, Venerando Ribeiro de Campos.





O professor não ensina, o aluno é que aprende. Princípio do ensino à distância, posto em prática pelo CETEB em todo o país.

## Ensino à distância do DF atinge todo o país

Texto: Sylvio Guedes

O Centro de Ensino Técnico de Brasília, CETEB, desenvolveu com recursos próprios um tipo de ensino à distância que, depois de cinco anos de sua efetivação, já abrange hoje todas as unidades da Federação. Para o aluno é mais prático, porque dispensa a frequência diária às aulas na própria escola, não o afastando desnecessariamente do seu ambiente de trabalho. Para o CETEB foi uma solução para a quase insolvência em que se encontrava a escola.

O aluno estuda em casa, na maioria das vezes sem outra fonte de consulta que não o próprio material didático preparado pela instituição. A direção do CETEB, conforme mostra Rosa Pessina, assessora de direção e uma das educadoras presentes à fundação, compreendeu que o método dela certo justamente por ser uma modificação total em relação ao sistema de "professor com giz, quadro-negro e uma pilha de livros".

A experiência foi feita primeiro apenas no Distrito Federal. Partiu-se do princípio de que o processo educacional é realizado de modo ambivalente, ou seja, com a participação e principalmente colaboração dos dois lados: o que ensina e o que aprende. Surgiu a idéia de levar a escola ao aluno, mas não dentro de processos já utilizados como cursos de correspondência com preços dos diplomas tabelados, programas radiofônicos ou algo similar.

### ESTUDAR SOZINHO

O sistema é simples e ao mesmo tempo complicado, já que parte do pressuposto que o aluno tem total interesse em estudar, o que nem sempre é verdadeiro. Mas, conforme revelam os resultados, a maioria deles está dentro dessa categoria de interessados.

O aluno estuda sozinho, em casa, e somente uma vez por semana comparece à escola para tirar dúvidas (caso existam) com o professor, que estará "de plantão", esperando por ele, e também para pegar mais material de estudo. Aí se encontra nova postura da escola em relação ao ensino: "Como o aluno é o responsável total pelos seus estudos, ele começa a compreender que não é o professor que ensina, mas sim ele próprio que aprende. Ele pode seguir o seu próprio ritmo de estudo, variando de acordo com a sua disponibilidade de tempo."

### ANDAR 10 OU 20 KM

Rosa afirma que, somente a partir dessa filosofia de ensino (se bem que o CETEB ainda mantinha o sistema tradicional para alunos de 19 e 29 graus de Brasília — ver quadro) a instituição se deu conta da enorme

clientela em potencial no país. O pessoal de 19 e 29 grau (professores, pessoal técnico e administrativo da área de educação), como assessores, diretores e inspetores que, após formados, iam pouco a pouco perdendo seus conhecimentos ou se desatualizando. Professores que trabalham em pequenas cidades do interior, em sua maioria.

Esse caso, dos professores, é um exemplo típico da estratégia do CETEB. "Existem hoje no Brasil quase 400 mil professores não-atualizados, parados no tempo. Por enquanto só fornecemos cursos a 20 mil deles, mas a nossa meta é alcançar a todos", garante Rosa. A dificuldade maior está no fato de que muitos deles têm de andar 10 ou 20 quilômetros até a agência postal mais próxima, isso quando não têm de viajar de um município para outro. Rosa Pessina questiona: "Como atingir a todas essas pessoas pelo sistema de ensino tradicional?"

### EM PLENO MAR

Preços? Isso vai variar muito: de acordo com o curso, com o aluno, etc. Mas, de um maneira geral, os cursos têm sido feitos por convênios (ou contratos de prestação de serviços) entre o CETEB e uma empresa qualquer, interessada em especializar sua mão-de-obra. "Como atingir aos plataformistas, sondadores e torristas que trabalham nas plataformas marítimas de exploração da Petrobrás? Durante quinze dias, nenhum descanso ou contato com a terra. Depois, chega o helicóptero, com mais provisões, correspondência e aí a turma é substituída e os que estavam trabalhando vão descansar igual período. E mais agravante: a plataforma não tem endereço fixo. Pode muito bem estar hoje no Sergipe e amanhã na Bahia", raciona Rosa.

Pensando nisso, o CETEB, após terem sido reconhecidos e aprovados pelo Conselho Federal de Educação como nível técnico de 29 grau, resolveu criar e aplicar os cursos de formação em plataformistas, torristas e sondadores. E, periodicamente, representantes da entidade vão até o local de trabalho dos alunos (em plena plataforma continental) para ver como andam os estudos.

Menos de quatro mil em 1974. Mais de 55 mil matriculados até o começo desse ano, em todas as unidades da Federação. A providencial injeção de ânimo causada pelas inovações parece ter feito muito bem à saúde econômica e educacional do CETEB. O que prova, juntamente com a boa receptividade dos diplomados emitidos por esses cursos, que o sistema está dando resultado.

## Breve na UnB: Escola e Creche

Texto: Edson de Almeida

O Programa de Creches Domiciliares, atualmente destinado aos filhos dos servidores da Universidade de Brasília, poderá ser estendido aos filhos dos alunos, conforme informações do Decano de Assuntos Comunitários, professor Gentil Martins Dias.

Paralelamente, o plano da criação de uma Escolinha de Artes dentro do campus da UnB está em pleno desenvolvimento. O trabalho está sendo planejado por estudantes de Desenho, Pedagogia e Psicologia.

### CRECHES DOMICILIARES

Atendendo a 20 servidoras no momento, todas de baixa renda, o Programa de Creches Domiciliares começou em maio deste ano e funciona da seguinte maneira: as interessadas escolhem uma senhora de sua confiança que se disponha a cuidar de suas crianças durante seu horário de trabalho; uma equipe do Programa vai à casa dessa "crecheira" verificar as condições do local (espaço, higiene e até conduta do marido). Caso aprovada, a "crecheira" receberá 1.000,00 mensais da UnB, por criança, sendo que a mãe ainda ajudará na complementação da alimentação. A "crecheira" poderá cuidar no máximo de seis crianças, incluindo seus próprios filhos menores de seis anos.

No Programa, coordenado pela diretora do Decanato de Assuntos Comunitários, Nancy de Pilla, trabalham duas assistentes sociais com o apoio de cinco estagiários nas áreas de Nutrição, Enfermagem, Pedagogia, Educação Física e Serviço Social. Essa equipe visita frequentemente as creches domiciliares dando orientação e observando o andamento dos trabalhos.

### ATENDIMENTO ÀS ALUNAS

"É interesse da UnB resolver o problema de lugar para os filhos de alunas carentes", garante o professor Gentil. Na sua opinião, a creche existente anteriormente era elitista, pois em pesquisa feita pela administração passada verificou-se que apenas 5% das crianças atendidas eram de pais carentes.

A creche foi fechada, no entanto, porque o Corpo de Bombeiros condenou a construção de madeira. Na época, falou-se na construção de nova creche que não teria sido construída por falta de verbas e, principalmente, porque os representantes da UnB acham o Programa de Creches Domiciliares mais adequado.

Resta aguardar a conclusão do levantamento feito pela DAC referente à extensão do Programa à alunas e, caso aprovado, torcer para que elas não tenham o mesmo problema das servidoras: encontrar "crecheiras".

## UnB terá Centro Cultural

Texto: Edimar Silva Leite

Criar um foco de irradiação cultural na Universidade de Brasília é o que pretende o Decanato de Assuntos Comunitários (DAC), com a construção de um centro cultural na antiga Faculdade de Medicina, na ala Sul do Minhocão. Numa área de 900m<sup>2</sup>, serão instaladas uma livraria, salas de exposição, discoteca e uma sala do DAC para atendimento aos alunos, que começarão a funcionar a partir do próximo semestre.

Além deste projeto, o DAC está se ocupando atualmente com a criação de uma sala de espetáculos, resolver o problema da creche e do alojamento feminino e consolidar a Associação dos Servidores da Fundação Universidade de Brasília — ASFUB.

### CENTRO CULTURAL

Segundo o Decano de Assuntos Comunitários, professor Gentil Martins Dias, a livraria em funcionamento no Campus da Universidade não atende todas as necessidades dos alunos, sendo necessária a ampliação dos serviços. A futura livraria fun-

cionará como um "supermercado de livros" com estantes de várias editoras, abrangendo um maior volume de publicações. Outros serviços criados serão a venda de discos, de material didático e esportivo. Todos funcionarão a título de concessão, dando-se descontos de 15% aos alunos. No local serão realizados lançamentos de livros e pequenos concertos de música.

No mezanino da área serão instaladas três grandes salas, duas destinadas à exposição de trabalhos artísticos e artesanais de alunos da Universidade, onde poderão ser comercializados, e a outra à Coordenação do Programa Bolsa de Trabalho — Arte e Esporte.

Segundo o professor Gentil Martins Dias, os problemas da FUB não são financeiros e não haverá atraso na construção do centro cultural, previsto para o final do ano. Há entendimentos com a Fename, Federação Nacional do Material Escolar, do Ministério da Educação e Cultura, para que esta assuma os serviços de venda de material didático e participe com um terço do orçamento da construção. O

### ESCOLINHA DE ARTE NA UnB

A proposta surgiu durante o Fórum de Debates dos Problemas do Departamento de Desenho no início deste semestre: criar uma Escolinha de Artes na UnB, para proporcionar maior vivência profissional aos alunos que pretendem licenciatura em Artes, sem as limitações que o estágio normal apresenta, como por exemplo currículo preestabelecido em desacordo com a proposta dos estagiários. Além disso, com a criação da Escolinha, professores, alunos e funcionários terão um lugar onde seus filhos possam aprender Artes, bem próximos ao seu local de trabalho.

O grupo de alunos que está à frente dos trabalhos conta com o apoio de professores e pretende criar uma escola experimental onde as crianças aprendam a pensar, refletir sobre o que acontece à sua volta, descobrindo o processo criativo. No momento, diversas comissões estão encarregadas de planejar o que vai ser a Escolinha, alocar verbas, arranjar local e fazer pesquisas para saber quantas pessoas vão participar.

Os interessados podem encontrar o "grupo da escolinha" todas as quintas-feiras às 12 horas no Departamento de Desenho.

O projeto se encontra com a Diretoria de Engenharia da UnB que decidirá arcar com a obra ou empreitá-la.

### ANFITEATRO 9

De 3 a 4 milhões de cruzeiros serão gastos para dar condições, principalmente acústicas, ao anfiteatro 9, de vir a ser a sala de espetáculos da Universidade.

Tradicionalmente, o anfiteatro 9 foi utilizado pelos alunos para a promoção de debates e acontecimentos culturais. Atualmente se encontra sob a coordenação da Vice-Reitoria que só o utiliza para solenidades e conferências. Como alternativa, os grupos culturais e o DCE vêm procurando outros locais, muitas vezes sem as condições mínimas de utilização.

O problema de uma sala de espetáculos com condições de funcionar normalmente seria resolvido com a concessão do anfiteatro 9 ao DAC pela Vice-Reitoria, depois de reformado. Os planos do Decanato para o anfiteatro incluem a utilização deste pelo cineclube e outras organizações culturais existentes na Universidade. A programação ficaria a cargo do DAC.



# Inventor Brasileiro: um desamparado

"Santo de casa não faz milagres." Esta é a maior queixa dos inventores no Distrito Federal, os quais reclamam da falta de entusiasmo com que são ouvidos quando falam de suas criações. Um deles, Carlos Fernandes Toledo, sócio de uma firma de comercialização de equipamentos e linhas telefônicas, diz: "O inventor brasileiro é um desacreditado; prata da casa não tem valor."

Autor de várias invenções na área de telefonia, Carlos se resente com a falta de visão dos técnicos da Telebrás; os quais demoram muito tempo até perceber a utilidade e a eficiência dos seus inventos: "No entanto, quando a novidade vem do estrangeiro, é logo colocada em prática sem perda de tempo", diz ele.

Carlos já trabalhou 16 anos na Telebrás, daí suas criações estarem nesse âmbito: "A invenção surge da necessidade de se resolver um problema. Só quem trabalha e tem problemas sente a necessidade de criar." Uma das suas últimas criações é um dispositivo colocado na central telefônica que avisa ao assinante que o número, para o qual ligou e não completou a chamada, está desligado, ou que o número mudou.

Carlos Toledo é um inventor que pretende obter logo lucro com suas criações. Porém nem todos são assim. Há os que não se preocupam com o lucro imediato, mas sim com a diminuição dos problemas no seu trabalho.

## COMPROVAÇÃO PRÁTICA DA EFICIÊNCIA

Um grupo de técnicos da Telebrás já produziu muitas

invenções, logo testadas na prática, pois contam com apoio da empresa. São eles Nélio José Nicolai, Manoel José Pereira e Alberto Henrique M. Bernabeu. Eles podem ser considerados privilegiados, pois a maior alegria de um inventor é ver sendo utilizada sua criação, trazendo benefícios para muitos.

Um desses inventos foi o sistema de manutenção que facilita o trabalho de achar defeitos em centrais telefônicas. A utilização dessa criação diminuiu drasticamente o tempo e a mão-de-obra que se necessitava para corrigir o problema.

Outro invento já testado e em vias de utilização pela Telebrás é o "Sinal de advertência para linhas telefônicas ocupadas": um pequeno sinal ouvido por quem está conversando ao telefone avisa que tem outra pessoa querendo ligar. Assim, as pessoas ficam sabendo que alguém quer falar com uma delas e abrem a conversa. A vantagem do invento é que as linhas telefônicas ficam mais desocupadas.

## TEMPO PARA PESQUISAR

Nélio Nicolai acha que é melhor uma pessoa com experiência e vivência prática trabalhar em pesquisa do que um recém-formado. Para ele, deveriam existir, em Brasília, órgãos que fizessem a análise de invenções por setor. Com um núcleo de técnicos especializados em telecomunicações, outro em mecânica, outro em química e assim por diante, muitas invenções não cairiam no vazio. Sabe-se que em São Paulo existe o SEDAI — Serviço Estadual de Assistência aos Inventores — que, no momento, está organizando um Concurso Nacional do

Texto: Edson de Almeida

Invento Brasileiro, oferecendo ao primeiro colocado prêmio no valor de Cr\$ 600 mil. O que todos esperam é que o Serviço seja logo implantado aqui, como forma de maior incentivo aos "gênios candangos".

Outro criador, major Antonio Bertoldo Galvão, está aperfeiçoando um "escritor de vídeo", um conjunto de aparelhos que auxilia a catalogar os radioamadores com quem ele mantém contato, sem se utilizar de um fichário. Ele não o considera um invento, pois já existem computadores fazendo isso. Apenas criou um aparelho muito mais barato. Um equipamento similar custa Cr\$ 180 mil e o dele saiu por Cr\$ 5.000,00.

## MAIS AULAS TÉCNICAS

Filho de engenheiro, o major Galvão já foi aluno de vários cursos diferentes, em nível universitário, sem chegar ao fim em nenhum: "Não encontrei nos cursos o que procurava, ou seja, um nível de estudos práticos e técnicos bem elevado. Só dão teoria."

Para o major, deveria aumentar a área técnica nas escolas primárias e secundárias: "Na minha época, em Alagoas, estudava numa escola que havia dentro de uma usina de cana-de-açúcar e no período da tarde íamos todos para as oficinas de carpintaria, de mecânica, pintura e mesmo para a horta." Outra sugestão do major: "Falta nas indústrias gente pesquisando sobre aquilo que as próprias indústrias produzem."

O major Galvão é chefe do Serviço de Comunicação da Polícia Militar e nas horas vagas se dedica ao aperfeiçoamento de suas criações.

## Registro de Patentes

O inventor, para patentear sua criação, deve se preparar para inúmeras idas ao INPI — Instituto Nacional da Propriedade Industrial — Delegacia de Brasília, a fim de acompanhar o processo que começa com o pedido de desfrute do privilégio de utilização do seu invento e vai até o registro da patente.

A partir do momento em que o pedido de privilégio de utilização é aprovado no exame formal preliminar, o invento é prioridade de seu criador pelo prazo de 15 anos, no caso de invenção, ou dez anos, no caso de descoberta de nova utilização de objeto conhecido, mediante alguma alteração que resulte melhor utilização para o fim a que se destina.

O passo seguinte é o pedido de exame do privilégio para verificar se a solicitação está de acordo com as prescrições legais, tecnicamente bem definido, se já existe outro igual e se é suscetível de utilização industrial. Todas essas etapas são feitas no Rio de Janeiro. Neste momento, o processo pode sofrer oposição de pessoas interessadas em provar que o invento não é original, ou que está "furado". Além disso o INPI faz uma verificação para saber se não existe outro invento parecido em âmbito internacional.

Finalmente, quando o pedido de privilégio for deferido, será confeccionada e entregue ao titular a carta-patente que lhe assegurará o direito de propriedade e o uso exclusivo da patente. Todo esse processo costuma durar de cinco a sete anos, embora possa ser obtida uma patente em dois anos, se tudo correr muito bem.

Depois de obtida a patente, ou pelo menos concedido o privilégio, o interessado deverá pagar anualmente uma taxa para assegurar a manutenção dos direitos relativos à propriedade industrial. Esta taxa varia de ano para ano. No momento, por exemplo, está na faixa de Cr\$ 2.000,00 para o terceiro ano e em mais de Cr\$ 20.000,00 caso seja o 15º ano de validade da patente.

## ANULAÇÃO DA PRIORIDADE

Em todas as fases do processo, devem ser pagas taxas diversas, caso contrário o invento deixa de ser exclusividade do interessado e se torna de domínio público. Outros casos em que se anula a prioridade do inventor: quando não for mantido procurador no Brasil, no caso de pedidos vindos do exterior; quando não for iniciada a exploração industrial ou comercial da criação dentro de quatro anos, a contar da data da expedição da carta-patente, diretamente pelo titular, ou dentro de cinco anos a contar da mesma data, se concedida a licença para sua exploração; quando a exploração do objeto do privilégio concedido for interrompida por mais de dois anos consecutivos e, finalmente, quando não for paga a taxa de anuidade.

Sete a 15 pedidos de registro de patentes de invenções dão entrada todos os meses no INPI — Delegacia de Brasília. Esses pedidos são provenientes do Distrito Federal ou de Goiás. Os inventores que comparecem são de todos os tipos: ricos, pobres, cultos, incultos, e na sua grande maioria (mais de 90%) são do sexo masculino. Existem no Brasil cinco delegacias do INPI: Brasília, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte e Curitiba.

# Remédios tem pouca fiscalização no DF

Texto: Janine Souza Lins

Embora a última lista de remédios proibidos tenha sido emitida em julho deste ano, até agora nem todas as farmácias do Distrito Federal foram fiscalizadas. No Distrito Federal existem cerca de 320 drogarias registradas e o Departamento de Saúde da Secretaria de Saúde do Distrito Federal conta com apenas cinco fiscais para fazer todo o trabalho de fiscalização.

Esse trabalho, informa Gilberto Amado, assessor do Departamento de Fiscalização, inclui

desde a fiscalização de instalações sanitárias dos estabelecimentos até o controle dos medicamentos proibidos, que é um serviço que extrapola a inspeção de rotina.

"Pode levar até dois dias a fiscalização de um único estabelecimento, pois é preciso levar em conta o estoque e o fato de que existem medicamentos que não têm registro, sendo necessário inspecionar suas fórmulas para ver se contêm substâncias tóxicas", explica Gilberto Amado.

## SUBSTÂNCIAS TÓXICAS

Na última lista foram proibidos cerca de 120 medicamentos, contendo em suas fórmulas mercúrio e metaperilene, isolados ou em conjunto com outras substâncias. Esses dois elementos são altamente tóxicos.

No caso do mercúrio o maior problema é o fato de que, sendo um metal pesado, ele vai se acumulando no organismo e, a longo prazo, pode causar problemas sérios, como deformações e até mesmo a morte.

Desde o começo do ano até agora, quarenta e um mil remédios proibidos foram apreendidos. Só no mês de julho foram recolhidas vinte e cinco mil unidades no DF. Até então haviam sido feitas treze mil apreensões.

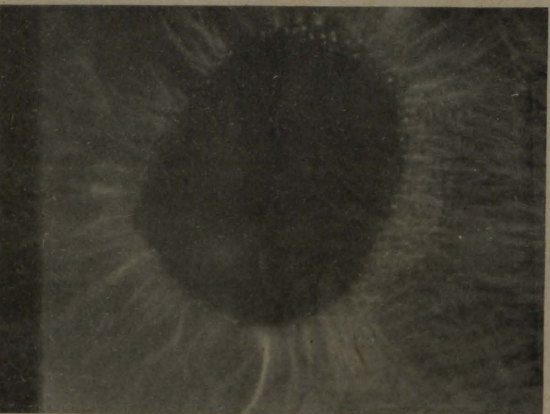
## NA PRIMEIRA VEZ, PASSA

As multas variam de Cr\$ 4 mil a Cr\$ 170 mil, de acordo com o grau de incidência. "Da primeira vez em que constatamos desobediência, o comer-

ciante não é autuado. Preferimos acreditar que ele não tenha tido conhecimento da proibição, levando em conta que poucos têm acesso ao Diário Oficial e que os jornais nem sempre são coerentes ao informar as nossas determinações", declara Gilberto Amado.

Os comerciantes vêm reagindo mal à proibição, pois acham que o lucro é pequeno e com ela fica ainda menor. Aos laboratórios caberia reembolsar os comerciantes, acham eles.





O funcionamento da máquina é rápido: em poucos segundos, a pessoa já tem a foto com a sua aura registrada com um papel fotográfico proporcional ao tamanho da região a ser fotografada.

## Foto de um dedo salva humanidade

Texto: Marco Antonio

Dentro de dez anos todas as doenças poderão ser diagnosticadas em poucos segundos, apenas através da fotografia de um dedo. Pelo menos é o que garante Raimundo Nonato Pires dos Reis Eirado, matemático, físico e parapsicólogo, que já vem trabalhando em Brasília com a máquina de Senium Kirlian, cientista russo que desenvolveu a técnica fotográfica nas suas pesquisas científicas.

O secretário de Saúde, Jofran Frejat, não descarta a possibilidade de que essa máquina venha a auxiliar o diagnóstico médico, embora lembre que as informações de que dispõe são muito superficiais, o que o impede de fazer um julgamento exato da máquina. "Qualquer invento ou descoberta que venha a auxiliar o diagnóstico médico — acrescenta — deve ser encarado com o melhor dos otimismo, apesar de ser muito cedo para que este tipo de máquina seja usada no Brasil".

As experiências com a máquina Kirlian vêm sendo feitas pelo professor Eirado desde 1973. A máquina, além de diagnosticar doenças, pode determinar e diferenciar os diversos estados psicológicos da pessoa.

A máquina Kirlian é de origem russa. Ela foi criada pelo russo Senium Kirlian, engenheiro eletrônico que ainda vive na URSS. A invenção foi fruto de uma observação casual: Senium Kirlian estava consertando um aparelho de eletroterapia

num hospital do sul da Rússia quando percebeu que as radiações junto à pele soltavam uma centelha. Ele colocou uma placa e um filme entre o aparelho e a pele. Mas a primeira experiência falhou. E no momento em que ele colocou o dedo na máquina levou um choque muito grande.

Aos poucos, Senium Kirlian foi aperfeiçoando o processo. E no começo da década de trinta a máquina já estava funcionando e realizando as primeiras de uma série de experiências que mais tarde o mundo todo viria a conhecer. Nas demonstrações feitas ao ocidente, um pouco depois da máquina ter sido criada, engenheiros e pesquisadores tentaram dar uma explicação científica para o que mostravam aquelas fotografias. Foram levantadas as hipóteses de serem ondas de calor, raios infravermelhos ou ultravioletas, mas todas essas hipóteses foram excluídas pelos próprios cientistas russos que já haviam feito todo tipo de experiência e comprovaram que era realmente a aura humana.

### A AURA

A Aura, ou Campo Bioplasmático, como é conhecida nos meios científicos, é um campo energético que envolve o corpo humano, as plantas e os minerais. Segundo a crença indiana, algumas pessoas conseguem ver a aura a olho nu. Além de ser um campo

energético ela também é composta por um campo elétrico com íons positivos, íons negativos e partículas desconhecidas.

Ao contrário do que muita gente pensa a aura não tem nada a ver com a alma. A aura é um campo físico. Segundo o professor Eirado "não se pode dizer que não se acredita na aura. A pessoa pode ignorar a existência da aura, mas não pode dizer que não acredita nela porque não é uma questão de fé. Sempre que se toca nesse assunto dizem: 'Ah! eu não acredito', 'Ah! eu acredito'. Não é nada disso, diz ele, pois hoje 'a aura é uma realidade, um campo energético que envolve qualquer pessoa, qualquer mineral ou qualquer vegetal'. A aura comprova a transmissão energética de uma pessoa para outra.

A máquina Kirlian do professor Eirado foi por ele batizada com o nome de "Candanguinha" por ser a primeira de Brasília. Ficou pronta em 1975 e demorou dois anos para ser construída. Porém, qualquer pessoa pode confeccionar uma máquina Kirlian, pois ela não tem patente registrada.

### COMO FUNCIONA

O funcionamento é simples: uma parte eletrônica com um oscilador com um amplificador que possa dar uma corrente de 50 mil volts. Essa parte elétrica vem para uma placa de cobre, funciona como a placa de um condensador onde uma placa apenas está ligada à máquina. Vem um dielétrico que pode ser uma placa de vidro ou acrílico. Esse dielétrico é calculado, depois põe-se a película fotográfica. E por último o dedo do paciente. Se a fotografia for da mão tem-se que importar uma película especial do tamanho de uma folha de papel ofício. Se fosse para o corpo seria necessário comprar uma película do tamanho de um lençol de solteiro.

A placa de cobre é proporcional ao tamanho da película. Sendo ela importada o seu custo é elevado e isso é um dos empecilhos para que se fotografe o corpo inteiro da pessoa. Para diagnosticar doenças que se instalaram, com sintomas visíveis ou não, e mesmo o estado psicológico do paciente não é necessário fotografar o corpo todo, apenas a ponta do dedo. Através da aura que aparece em volta do dedo tem-se condição de estudar todo o corpo da pessoa.

A kirligrafia ou eletrofotografia mostra as mudanças dos estados psicológicos, ou seja, um instante de amor, de angústia, de dor, de ódio sendo todos esses sintomas apresentados de maneiras e formas inteiramente diferentes.

### CÓDIGO DAS DOENÇAS

No exterior já existe uma codificação da aura revelada na kirligrafia. Tanto da aura analisada em descobrir as doenças com estado psicológico quanto doenças no estado físico. Esta codificação está sendo feita através de computadores.

Em alguns países os pacientes chegam perto da máquina, colocam o dedo, tiram a kirligrafia. Depois esta é levada para o computador para ser codificada, em seguida ele dá o diagnóstico até de doenças cujos sintomas ainda não são evidenciados mesmo através dos métodos mais modernos da medicina alopática.

Assim será mais fácil combater o câncer no seu estágio inicial. A máquina Kirlian tem um valor muito grande, conforme disse o professor, tanto para a medicina quanto para a psicoterapia. Segundo revistas científicas — citadas pelo professor Eirado — daqui a dez anos todas as doenças já estarão codificadas, tornando assim obsoleto o "raio X". Uma das vantagens da kirligrafia sobre o "raio X" se revela no caso de uma fratura de coluna: o paciente não precisa ser transportado até a máquina de "raio X" pois os médicos podem levar a



O que os leigos chamam de "alma", para a ciência tem o nome de "aura" e futuramente poderá ser feito o diagnóstico de qualquer doença apenas com a fotografia de um dedo.

máquina Kirlian até ele e fotografar apenas o seu dedo e o resultado sairá através do computador em poucos segundos.

Para o professor Eirado a Kirlian só virá a ser usada por todos, nas grandes e pequenas cidades, dentro de 20 ou 25 anos. "A Kirlian é um novo horizonte na medicina e na psicologia".

### CUIDADOS COM A KIRLIAN

Ela é perigosa por causa da radio-freqüência de 75 khz a 200 khz, produzindo uma eletricidade estática de alta intensidade. As gestantes não devem fazer kirligrafia nem trabalhar com a máquina por causa da freqüência. Quando se opera com a Kirlian constantemente, tem-se que tomar um banho de imersão quente com bicarbonato e sal grosso, "de modo a produzir uma eletrólise que descarregue a eletricidade estática e consequentemente a radiofreqüência que age no sistema nervoso", explica o professor Eirado.

### O QUE PENSA O SECRETÁRIO

O Secretário de Saúde Jofran Frejat disse que a máquina Kirlian pode vir a ser usada, mas que o Brasil, por ser um país pobre, necessita de uma medicina barata para atender de imediato à população mais carente. Isso deixaria de lado equipamentos como a máquina Kirlian, que utiliza material importado e trabalha com a tecnologia dos computadores.

Sr. Secretário, o trabalho do professor Eirado com a máquina Kirlian terá realmente uso prático pelo meio médico daqui a alguns anos?

— Conheço muito pouco o trabalho do professor Eirado, mas acho que qualquer investigação, qualquer pesquisa, qualquer invento ou descoberta que venha a subsidiar o diagnóstico médico deve ser encarada com o melhor dos otimismo. A despeito disso, é difícil fazer previsões em torno de um invento que ainda não tenha suas finalidades bem explicita-

das e que não venceu o necessário estágio de experiência para comprovar sua utilidade científica.

— Poderá o computador codificar o diagnóstico de todas as doenças possíveis através da aura de um dedo?

— Essa já é uma opinião que foge à minha especialidade. Eu entendo é de medicina e a codificação de informações médicas se inclui num campo que escapa à nossa jurisdição. Isso não significa que os computadores não possam prestar uma extraordinária cooperação à medicina; só não sei como poderão processar doenças que sequer foram descobertas ou catalogadas. Além disso, sou partidário de uma medicina mais simples, mais realista, mais condizente com os recursos de uma nação pobre como a nossa, que ainda tem longos espaços a vencer antes de se engajar à medicina computadorizada, altamente sofisticada.

— O raio-X não será mais eficaz em decorrência do uso dessa máquina, uma vez que a mesma dará o diagnóstico completo de qualquer parte do corpo humano através da fotografia?

— Acredito que se a máquina estiver apta a dar o diagnóstico completo de qualquer parte do corpo humano, poderá inclusive dispensar o uso do Raio-X.

— Qual sua opinião a respeito do trabalho do professor Eirado e da máquina Kirlian?

— Na verdade, as informações de que disponho são muito superficiais a fim de proceder a um julgamento equilibrado de uma pessoa e sua obra. Conheço as atividades pedagógicas do professor Eirado, sei de seu esforço e dedicação à causa, mas opinar a respeito da máquina só depois de conhecê-la melhor.

Menos cautelosos que o secretário, outros médicos de Brasília não escondem sua descrença. "Melhor que isso, só se for verdade", afirmou um deles.